

# Educação JORNAL DE BRASÍLIA

# Reforma do ensino pode ocorrer logo

«A aplicação de grande parte das recomendações da comissão que estudou o ensino de Língua Portuguesa depende principalmente da decisão política dos governos estaduais», garante o assessor do Inep. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), Jáder de Medeiros, que participou dos trabalhos da Comissão.

Para ele, a iniciativa da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro é um exemplo de que a ampliação da carga horária dos alunos de 1º grau pode ser implantada imediatamente, assim como várias outras sugestões feitas ao ministro Marco Maciel e encaminhadas à Presidência da República.

Mas é na preparação do corpo de professores que Jáder — como o resto da Comissão, segundo ele — vê a maior possibilidade de reverter o quadro da má qualidade do ensino praticada hoje no Brasil. E também para esse problema o relatório da Comissão propõe soluções que podem ser aplicadas a curto prazo.

«A criação da Sociedade Nacional de Professores de Língua Portuguesa é um instrumento fundamental para a troca de informações e aperfeiçoamento dos professores. E com base nas instituições regionais que já existem ela pode ser viabilizada imediatamente», afirma o professor. E através dessas associações, além dos conselhos e secretarias estaduais e municipais de Educação, que Jáder aponta a outra providência que deve ser adotada imediatamente pelo MEC: a divulgação do texto integral do relatório e a promoção de debates sobre as sugestões oferecidas. «Só nas recomendações sobre metodologia o relatório pode enriquecer os professores», comenta o assessor do Inep.

Mas, se para Jáder as dificuldades parecem pequenas, o secretário de Ensino de 1º e 2º graus do MEC, Aloísio Sotero, aponta uma realidade nem tanto animadora: para ampliar a carga horária dos alunos, o MEC teria que triplicar os recursos destinados ao ensino básico.